

Josaphat Marinho, o atento guardião da Constituição

MEMÉLIA MOREIRA

Geraldo Magela 17/4/97

O Brasil está vivendo dentro de um "golpe constitucional". Sem tropas nas ruas, sem motins em quartéis, ele acontece com as sucessivas edições e reedições de medidas provisórias, e com a constante tentativa de manter o Congresso Nacional submisso. Estes são os ingredientes do golpe, que "está ferindo a unidade da Constituição". Quem faz esta análise não é nenhum oposicionista, socialista ou neobobo. Trata-se do senador e jurista Josaphat Marinho (BA), 82 anos, especialista em Direito Constitucional e, principalmente, nos últimos dois anos, a consciência crítica do Senado. O verdadeiro "grilo do Pinóquio" de seus colegas e pedra no sapato do Governo. Nem o ministro Sérgio Motta, das Comunicações, consegue atacá-lo. Mais ainda, senador de um partido aliado ao Governo, o PFL.

Suas críticas, feitas sem alterar o tom da voz, carregam um componente psicológico: Josaphat Marinho decepcionou-se com FHC. Foi surpreendido pela mudança de rumos do presidente da República que ajudou a eleger. "Para mim foi uma surpresa. Eu pensava que seria um Governo preso ao compromisso democrático de inovar para melhor e não para estabelecer práticas que não fortalecem o regime, como esse projeto de reeleição. Não esperava que ele marchasse da social-democracia para um governo neoliberal", diz o senador que agora luta pelo disciplinamento do uso de medidas provisórias e para manter a desincompatibilização na emenda da reeleição.

Sobre o uso das medidas provisórias, Josaphat Marinho repudia a proposta do senador José Fogaça (PMDB-RS), lembrando que seu projeto confere ao presidente da República mais poderes administrativos com a mudança dos artigos 48 e 84 da Constituição. "Querem mudar artigos de caráter permanente", garante,



Marinho: decepção com as medidas provisórias do governo FHC

"Tenho muito receio disso porque está ocorrendo no País, outra vez, um regime de concessões ilimitadas. E foi este regime, como disse Octávio Mangabeira (político baiano que foi deputado, senador, governador e ministro das Relações Exteriores), que aluiu no Brasil a política e os políticos. E continua aluindo", explica Marinho que não vê com otimismo as perspectivas para a sociedade brasileira.

Reeleição - E, na sua defesa permanente da Constituição, o senador combate agora o projeto que quer alterar os parágrafos quarto, quinto, sexto e sétimo do artigo 14 da Constituição. Estes artigos, que exigem a desincompatibilização, não foram contemplados na emenda da reeleição porque, segundo Josaphat Marinho, o parágrafo quinto torna todos os candidatos inelegíveis. "E maior ainda é a exigência de desincompatibilização quando o candidato

concorre ao mesmo cargo. Por uma questão de igualdade. Porque o candidato à reeleição, permanecendo no cargo, fica em condições privilegiadas em relação aos demais candidatos. Uns no poder, outros na planície. Não é justo", sentencia o senador.

Ele se recusa a comparar o governo de Fernando Henrique a qualquer outro momento da História brasileira mas, quando se refere à reeleição, lembra o governo de Getúlio Vargas. "O Mangabeira dizia que Getúlio Vargas não queria sucessor. Não tinha candidato à sua própria sucessão, era candidato de si mesmo. Aí veio a campanha de 1937 e Getúlio deu o golpe. E ficou até 1946. Isso tudo é muito grave, sério. Assusta", adverte o senador que neste final de semana permanece em Brasília destrinchando todos os detalhes da proposta do senador José Fogaça sobre o uso de medidas provisórias.